

HABEAS CORPUS Nº 483.064 - SP (2018/0328219-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ANDERSON POMINI E OUTROS
ADVOGADO : ALEXANDRE PERALTA COLLARES - DF013870
ADVOGADOS : FABIANA COLLARES SCHWARTZ - DF020614
EDUARDO AFFONSO DE SANTIS MENDES DE FARIAS
MELLO - DF028341
EUGÉSIO PEREIRA MACIEL - DF053326
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GILBERTO CESAR BARBETI

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em benefício de GILBERTO CESAR BARBETI contra ato do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Extraí-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 2º, §§ 3º e 4º, inciso II da Lei n. 12.850/2013 c/c o art. 1º, inciso I do Decreto-Lei n. 201/1967 c/c o art. 89, da Lei n. 8.666/1993 (33 vezes).

Foram impostas, em 11/4/2018, medidas de afastamento do cargo de prefeito de Morro Agudo por 90 dias (com sucessivas renovações); proibição de acesso e frequência a qualquer dependência da prefeitura; proibição de ausentar-se do município por prazo superior a 8 dias. Narra a inicial que as medidas foram prorrogadas duas vezes.

Alega a defesa que a decisão de afastamento do cargo carece de fundamentos idôneos, e que a generalidade, inclusive, dificulta a defesa. Destaca que a medida já dura quase 8 meses, argumentando que *a decisão determinando o afastamento sem prazo terminativo se amolda à verdadeira cassação indireta do mandado do paciente* (e-STJ fl. 6). Relata que a última decisão de prorrogação do afastamento não fixou prazo para o fim da medida.

Afirma que, embora o afastamento tenha sido originariamente justificado na necessidade de permitir a investigação, tal circunstância estaria

ultrapassada pela posse pelo Ministério Público de todos os documentos.

Requer o retorno do paciente ao cargo de prefeito de Morro Agudo/SP, bem como a revogação das demais medidas cautelares.

A liminar foi indeferida às e-STJ fls. 530/532. Pleiteada a reconsideração da decisão (e-STJ fls. 544/559), o pedido foi indeferido (e-STJ fls. 562/563).

Informações às e-STJ fls. 565/945, 949/951.

Dada a iminência de realização de ato processual que poderá ensejar o esvaziamento da pretensão veiculada neste mandamus, o Ministério Público Federal requereu a solicitação de novas informações (e-STJ fls. 967/968), as quais foram prestadas às e-STJ fls. 973/983.

À e-STJ fl. 985, os advogados do paciente comunicaram a renúncia do mandato, requerendo a retificação da autuação.

É o relatório. Decido.

O writ perdeu seu objeto.

Segundo informado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo à e-STJ fl. 975, *foram revogadas as medidas cautelares (impostas no Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico nº 0009635-78.2018.8.26.0000) de suspensão do exercício da função pública de Prefeito Municipal de Morro Agudo-SP e de proibição de acesso e frequência a qualquer dependência da Prefeitura, sendo mantidas as cautelares de proibição de qualquer contato com outros investigados e de se ausentar da Comarca de Morro Agudo por mais de 08 dias sem autorização deste Tribunal de Justiça*, o que esvazia o cerne do pedido formulado na presente impetração. Mencione-se que as medidas cautelares mantidas não foram objeto de irresignação na inicial.

Desse modo, com amparo no art. 34, inciso XI do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo o writ prejudicado.**

Em atendimento ao pedido formulado à e-STJ fl. 985, retifique-se a autuação para que sejam corrigidos/excluídos os nome dos advogados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

